

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	669/XV/1.ª
Proponente/s:	Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social
	Democrata (PSD)
Título:	«Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de
	janeiro, integrando os oficiais de justiça no regime de
	aposentação diferenciado previsto neste diploma
	legal»
A iniciativa pode envolver, no ano	O disposto no artigo 3.º da iniciativa estabelece o início
económico em curso, aumento das	da sua produção de efeitos com o «Orçamento do Estado
despesas ou diminuição das receitas	subsequente», pelo que parece encontrar-se acautelado
previstas no Orçamento do Estado (n.º 2	o limite previsto no n.º 2 do artigo 120.º do Regimento e
do artigo 167.º da Constituição e n.º 2 do	no n.º 2 do artigo 167.º das Constituição («lei-travão»).
artigo 120.º do Regimento)?	
A iniciativa respeita o limite de não	SIM
renovação na mesma sessão legislativa,	
(n.º 4 do artigo 167.º da Constituição e n.º	
3 do artigo 120.º do Regimento)?	
O proponente junta ficha de avaliação	SIM
prévia de impacto de género (deliberação	
da CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	
Justifica-se a audição dos órgãos de	
governo próprio das regiões autónomas	Não monace instifican es
(artigo 142.º do Regimento, para efeitos do	Não parece justificar-se
n.º 2 do artigo 229.º da Constituição)?	
A iniciativa foi agendada pela CL ou tem	O proponente solicitou o agendamento da iniciativa por
pedido de arrastamento?	arrastamento com o PJL n.º 561/XIV/1ª (BE) para a
	sessão plenária de 5 de abril de 2023.
Comissão competente em razão da	Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
matéria e eventuais conexões:	(10. ^a)
Concluções A enrecentaçõe deste iniciativa novaes essentir de requisites formais de educiacibilidade	

Conclusão: A apresentação desta iniciativa **parece cumprir** os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.



Data: 16 de março de 2023

O Assessor Parlamentar, Ricardo Saúde Fernandes